



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**  
PROCURADORIA

**SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA**

**PL nº 72/26**

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado:

- Lei Municipal nº 10.154, de 07 de outubro de 1986, que dispõe sobre o transporte coletivo de escolares. Com a alteração da Lei nº 16.136/15 e com a regulamentação do Decreto nº 23.123/87;

- Lei Municipal nº 13.697, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a criação do “Programa de Transporte Escolar Municipal Gratuito – Vai e Volta” no Município de São Paulo, e dá outras providências;

Lei Municipal nº 17.555, de 22/03/2021, que dispõe sobre a reestruturação do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - CACS-FUNDEB, em conformidade com o art. 212-A da Constituição Federal, regulamentado na forma da Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020; autoriza a disponibilização de uniformes sem o brasão da Prefeitura do Município de São Paulo, no âmbito do Programa Auxílio Uniforme Escolar, instituído pela Lei nº 17.437, de 12 de agosto de 2020, na hipótese e condições que especifica.

- Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso à informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 05 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991;

- Decreto Municipal nº 44.770, de 20/05/2004, que transfere a execução e a operacionalização do Programa de Transporte Escolar Municipal Gratuito - Vai e Volta para as Subprefeituras.

- Decreto Municipal nº 49.304, de 11/03/2008, que revoga o Decreto nº 44.770, de 20 de maio de 2004, que transfere a execução e a operacionalização do Programa de Transporte Escolar Municipal Gratuito - Vai e Volta para as Subprefeituras.

- Decreto Municipal nº 49.304, de 11 de março de 2008, que revoga o Decreto nº 4.770, de 20 de maio de 2004, o qual transferiu a execução e a operacionalização do “Programa de Transporte Escolar Municipal Gratuito - Vai e Volta” para as Subprefeituras;

- Decreto Municipal nº 51.820 de 27 de setembro de 2010, que dispõe sobre a organização da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, mediante a fusão das Secretarias Municipais de Planejamento e de Modernização, Gestão e Desburocratização; a alteração da denominação de cargos de provimento em



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO  
PROCURADORIA**

comissão e da vinculação das entidades da administração indireta que especifica – cópia parcial;

- Decreto Municipal nº 53.623, de 12 de dezembro de 2012, que regulamenta a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, no âmbito do Poder Executivo, estabelecendo procedimentos e outras providências correlatas para garantir o direito de acesso à informação, conforme especifica – com alterações – cópia parcial;

- Decreto Municipal nº 56.834, de 24/02/2016, que institui o Plano Municipal de Mobilidade Urbana de São Paulo - PlanMob/SP 2015.

- Decreto Municipal nº 60.114, de 09/03/2021, que prorroga, de ofício, a data de vencimento de documentos expedidos pelo Departamento de Transportes Públicos, da Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes, para o exercício do transporte de escolares.

- Decreto Municipal nº 61.278, de 09/05/2022, que regulamenta o disposto no artigo 6º, inciso IV, da Lei nº 13.697, de 22 de dezembro de 2003.

- Decreto Municipal nº 60.986, de 04/01/2022, que prorroga, de ofício, a data de vencimento de documentos expedidos pelo Departamento de Transportes Públicos DTP, da Secretaria Executiva de Transporte e Mobilidade Urbana - SETRAM, da Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito, para a prestação do serviço de transporte de escolares, ante a suspensão das atividades em decorrência da COVID-19.

- Decreto Municipal nº 64.344, de 02/07/2025, que dispõe sobre a reorganização da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Transporte - SMT e altera a lotação dos cargos de provimento em comissão que especifica.

PL 240/2026 Institui o Programa de Transporte Educacional Gratuito Integral – TEGi no Município de São Paulo, no âmbito da Rede Municipal de Ensino e das creches sob gestão da Secretaria Municipal de Educação, garantindo o atendimento desde a primeira infância (Baby-TEG) até a conclusão da educação básica municipal, com mecanismos de segurança, monitoramento e transparência, e dá outras providências.

PL 233/2026 Altera o inciso II do artigo 6º da Lei nº 13.697, de 22 de dezembro de 2003, para abranger, no Programa de Transporte Escolar Municipal Gratuito, os alunos da educação infantil e de todos os anos do ensino fundamental da rede municipal de ensino, e dá outras providências.

PL 72/2026 Dispõe sobre a garantia do Transporte Escolar Gratuito (TEG) para crianças e estudantes em situação de transferência por deslocamento de endereço, até a efetiva disponibilização de vaga em unidade escolar próxima à residência.

PL 64/2026 Dispõe sobre a definição de barreira física para fins de acesso ao Transporte Escolar Gratuito – TEG, e dá outras providências.



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**  
PROCURADORIA

PL 943/2025 Estabelece prazo de validade indeterminado para laudos ou relatórios médicos circunstanciados que atestam deficiência permanente com vistas ao cumprimento de requisito para a inscrição no Programa de Transporte Escolar Gratuito - TEG, no município de São Paulo e dá outras providências.

PL 870/2025 Dispõe sobre o atendimento integral à pessoa com deficiência na rede pública municipal de ensino e estende os benefícios da educação especial aos alunos com deficiência matriculados na rede estadual em unidades localizadas no município de São Paulo, e dá outras providências.

PL 720/2024 Altera a Lei nº 13.697, de 22 de setembro de 2003, a fim de criar o Programa de Transporte Municipal Gratuito - Vem Social, no município de São Paulo, e dá outras providências.

PL 698/2024 Revoga o inciso II do artigo 6º da Lei 13.697, de 22 de dezembro de 2003 e dá outras providências.[remove o critério de menor faixa etária para definição dos alunos a serem atendidos pelo Programa de Transporte Escolar Municipal Gratuito]

PL 91/2024 Dispõe sobre a implementação do Protocolo “Vans Seguras”, um método de aferição da entrada e saída dos estudantes nas vans e nas escolas. (apensado)

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 09 de abril de 2026.

CINTIA TALARICO DA CRUZ CARRER  
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia  
OAB/SP 155.068